



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



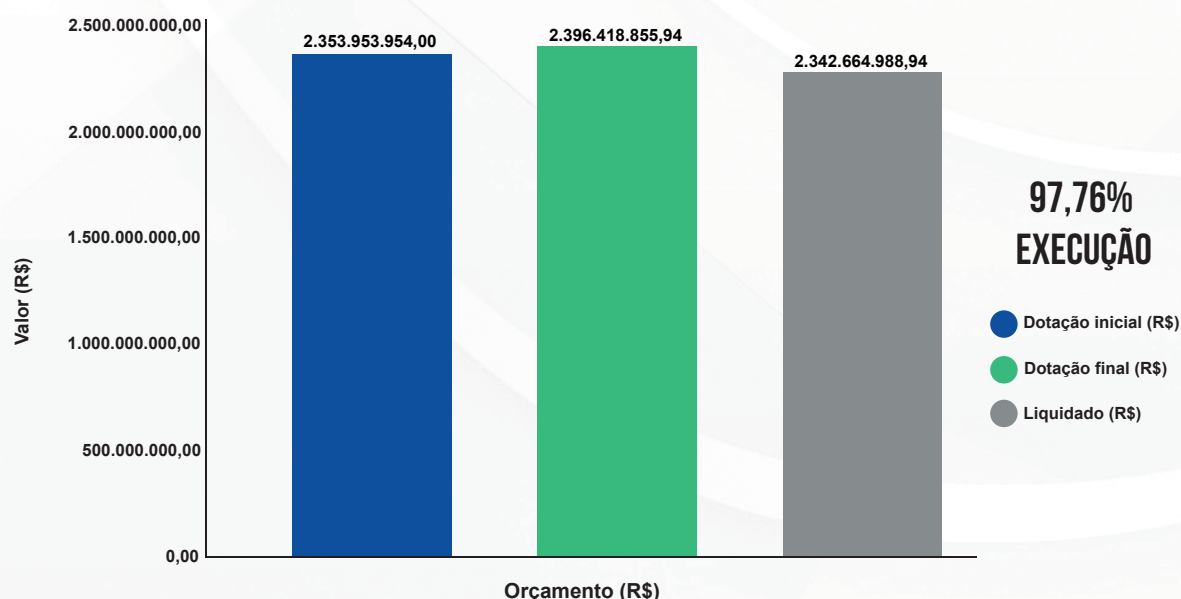
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Planejamento e execução orçamentária

A gestão orçamentária é pilar essencial para a manutenção da capacidade administrativa e operacional da Polícia Militar do Pará. Em um contexto de crescente complexidade e ampliação das demandas sociais, o orçamento público assume caráter estratégico, assegurando a execução das prioridades definidas no Planejamento Estratégico, no PPA 2024–2027 e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No exercício de 2025, a PMPA contou com orçamento inicial de R\$ 2.353.953.954,00. Contudo, ao longo do exercício foi suplementado o valor de R\$ 42.464.901,94, atualizando o orçamento final para R\$ 2.396.418.855,94, sendo liquidado R\$ 2.342.664.988,94, o que representa 97,76% de execução orçamentária, evidenciando elevado nível de eficiência na aplicação dos recursos.

Orçamento no ano de 2025



Fonte: SIGPLAN, SIAFE, PMPA, 2025.

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

No Grupo 1 – Despesas de Pessoal e Encargos, a dotação alcançou R\$ 1.415.662.307,73, com R\$ 1.402.658.935,85 liquidados, abrangendo remunerações, vantagens, encargos sociais e demais obrigações legais, constituindo o maior grupo orçamentário da Corporação.

O Grupo 2 – Outras Despesas Correntes (ODC) registrou dotação de R\$ 916.083.422,53, com R\$ 908.834.417,47 liquidados. O montante assegurou o custeio administrativo, operacional e logístico, abrangendo manutenção, combustíveis, Tecnologia da Informação e suporte às

Unidades operacionais. Ressalte-se que as suplementações foram fundamentais para assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

No Grupo 3 – Investimentos, a dotação orçamentária totalizou R\$

64.673.125,68. Desse montante, foram liquidados R\$ 31.171.635,62, destinados à modernização da infraestrutura, aquisição de equipamentos e fortalecimento da capacidade operacional. A partir da análise acima e do detalhamento da execução orçamentária por grupo, tem-se:



Fonte: SIGPLAN, SIAFE, PMPA, 2025.

Em síntese, a execução orçamentária de 2025 reflete uma gestão eficiente e adaptativa, com uso estratégico das suplementações para garantir a continuidade dos

serviços, modernização institucional e valorização do efetivo, em consonância com o planejamento estratégico da PMPA.

Execução orçamentária por fonte de recursos

A análise da execução orçamentária evidencia a predominância dos recursos estaduais livres como a principal e mais expressiva fonte de financiamento das atividades institucionais, respondendo por R\$

2,28 bilhões da dotação atualizada (cerca de 95% da dotação atualizada).

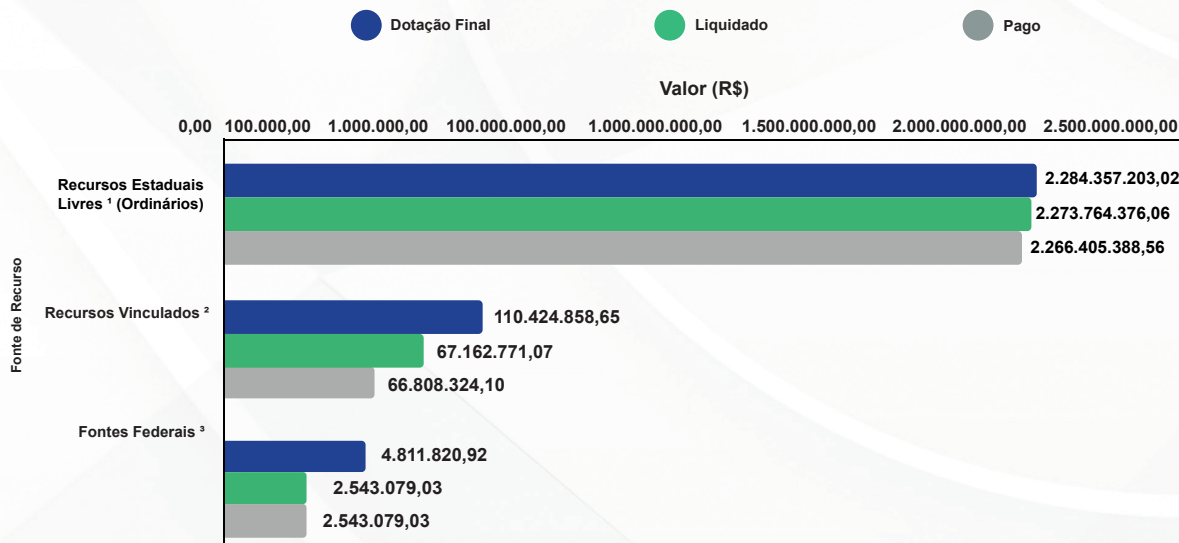
Do montante autorizado para recursos estaduais livres, foram liquidados R\$ 2,27 bilhões, indicando alto nível de execu-

ção, com taxa de liquidação superior a 99%, o que demonstra eficiência na aplicação dos recursos e alinhamento entre planejamento orçamentário e execução financeira.

Em relação aos recursos vinculados, que totalizam R\$ 110,42 milhões, observa-se uma execução mais moderada, com R\$ 67,16 milhões liquidados, equivalente a cerca de 61% da dotação autorizada.

Essa diferença decorre, em grande medida, das condicionalidades legais, operacionais e contratuais que caracterizam esse tipo de fonte. Tais fatores incluem regras específicas de aplicação, dependência de cronogramas físicos e financeiros, além de variáveis externas relacionadas à liberação e à execução de convênios, fundos e operações de crédito.

Recursos estaduais livres (ordinários), recursos vinculados e fonte federais



Obs.: ¹ Fontes do Tesouro Estadual sem vinculação específica. ² Fundos estaduais (Judiciário, Administração Tributária), Recursos próprios da administração indireta, Operações de crédito internas, Educação – recursos ordinários vinculados, Transferências e convênios da União, Transferências especiais federais. ³ Transferências da União, convênios e transferências especiais federais.

Fonte: SIGPLAN, SIAFE, PMPA, 2025.

Os recursos federais apresentaram participação residual no orçamento analisado, com R\$ 4,81 milhões em dotação, representando menos de 1% do total. Foram liquidados R\$ 2,54 milhões, equivalentes

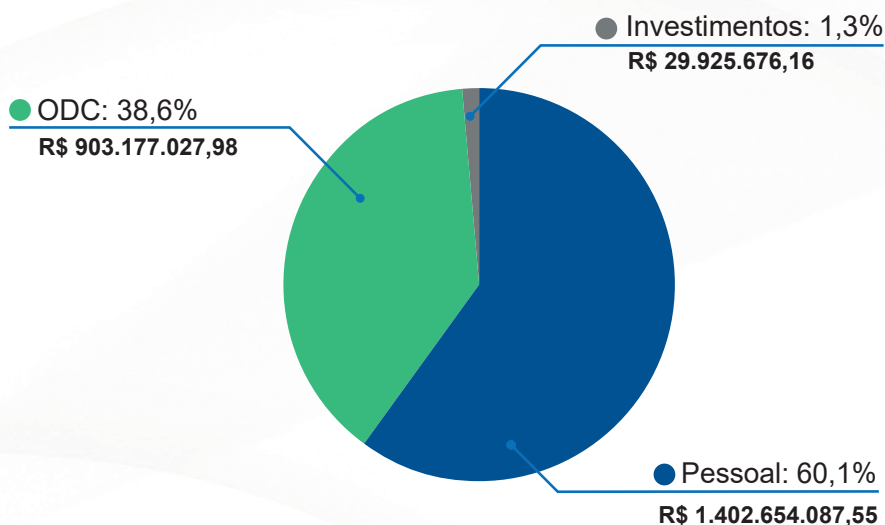
a 53% da dotação autorizada, percentual compatível com a natureza vinculada e condicionada desses repasses, dependentes de convênios, transferências especiais e cumprimento de cronogramas pactuados.

Execução financeira

A partir da análise do orçamento previamente apresentado, procede-se à demonstração da execução financeira, ou seja, dos pagamentos realizados no exercício de 2025, que totalizaram R\$ 2.335.756.791,69. Esse montante não inclui as despesas classificadas como restos

a pagar (liquidadas e em liquidação). Desse modo, para fins de transparência e melhor compreensão da aplicação dos recursos públicos, as despesas serão classificadas em três grupos: Pessoal, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos.

Valor Pago por Grupo de Despesa no ano de 2025



Fonte: SIAFE, PMPA, 2025.

Pessoal e encargos sociais

No que se refere às despesas com pessoal, a execução contemplou tanto os gastos financiados com recursos próprios quanto aqueles decorrentes da descentralização orçamentária, notadamente por meio

dos Termos de Execução Descentralizada (TED). Dessa forma, o valor desembolsado no exercício foi de R\$ 1.402.654.087,55, assim distribuídos:



Cabe destacar a finalidade dos Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados pela PMPA: o TED 05/2023, em parceria com a SEDUC, destina-se ao abono extraordinário para a Operação ‘Escola Segura’ nas Unidades estaduais de ensino; já o TED 04/2024, firmado com a SEAP, viabiliza o reforço do policiamento em Unidades prisionais.

Quanto aos recursos próprios, destaca-se o investimento de R\$ 99.895.151,71 em abonos extraordinários.

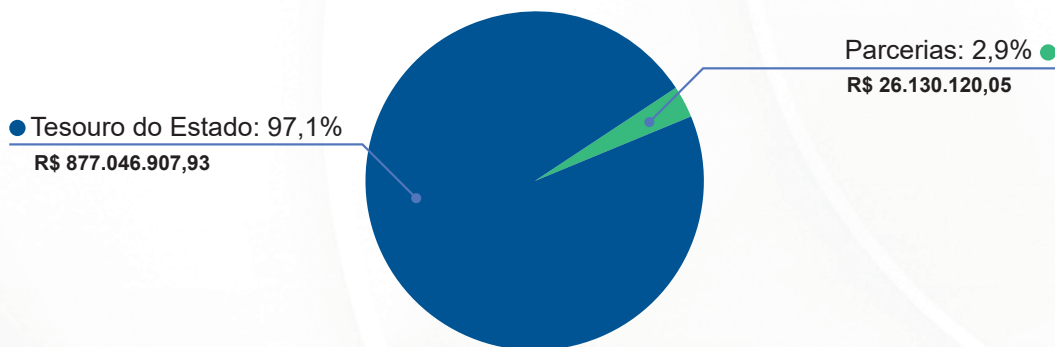
Esse montante foi aplicado no reforço do policiamento em diversos municípios do estado, viabilizando operações da atividade-fim, tais como: Polícia Mais Forte, Contraturno, Círio, Carnaval, Verão e Festa Segura.

Outras Despesas Correntes (ODC)

As despesas correntes, que compreendem os gastos necessários à manutenção das atividades institucionais, totalizaram R\$ 903.177.027,98 no exercício. Tais gastos são financiados tanto por or-

çamento próprio quanto por recursos de parcerias, a exemplo de convênios e Termos de Execução Descentralizada (TED). Os principais itens de ambas as fontes seguem demonstrados abaixo:

Valor pago por fonte de recurso em 2025

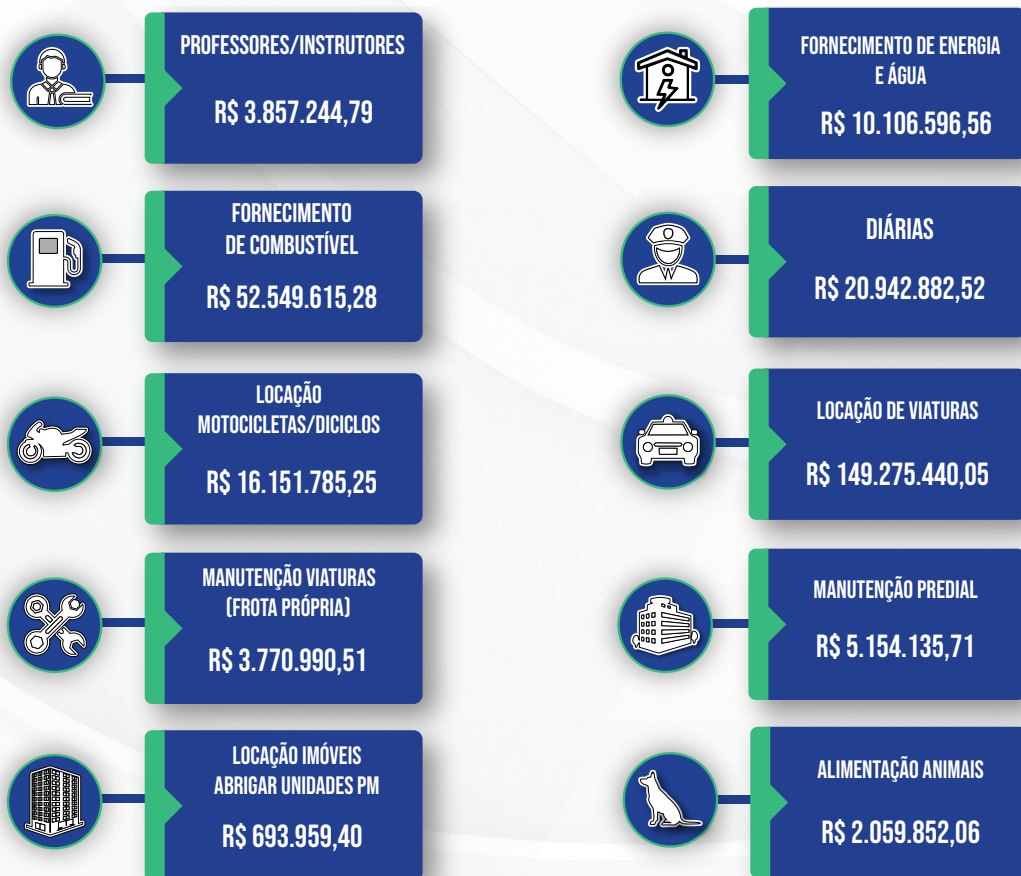


Fonte: SIAFE, PMPA, 2025.

Recurso do Tesouro do Estado

Embora o orçamento esteja balizado para diversas naturezas de despesa, alguns gastos merecem atenção especial por influenciarem diretamente no desempenho operacional da Corporação. São despesas que sustentam as ações prioritárias no âmbito da segurança pública,

apoiando-se tanto em recursos do orçamento do Tesouro do Estado e em parcerias estratégicas. Esses aportes viabilizam o funcionamento contínuo das atividades essenciais e impactam de maneira decisiva na qualidade da prestação de serviço à sociedade. Desse modo, temos:

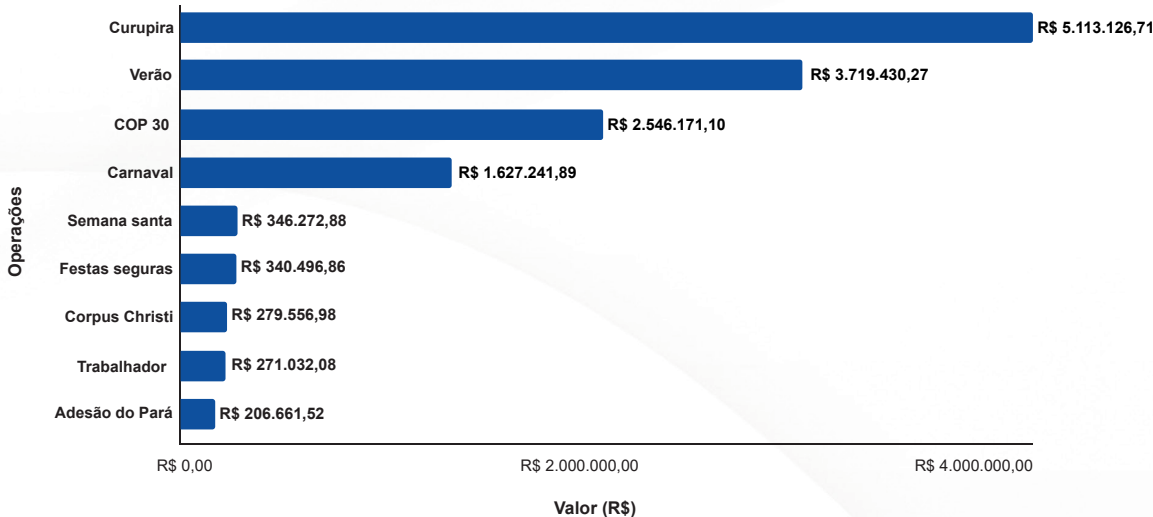


Fonte: SIGPLAN, SIAFE, PMPA, 2025.

Com base nos dados apresentados, destacam-se as despesas com diárias, manutenção predial e a instrução de cursos de formação e capacitação. O gasto com diárias justifica-se, primordialmente, pelo reforço do policiamento em municípios distintos da sede do militar.

Cabe salientar que, em virtude da preparação para a COP30, efetivos do interior foram deslocados para a capital. Adicionalmente, houve o suporte à Operação Curupira, voltada ao combate de ilícitos ambientais, conforme detalhado no gráfico de operações a seguir:

Custo das operações de reforço de policiamento no ano de 2025

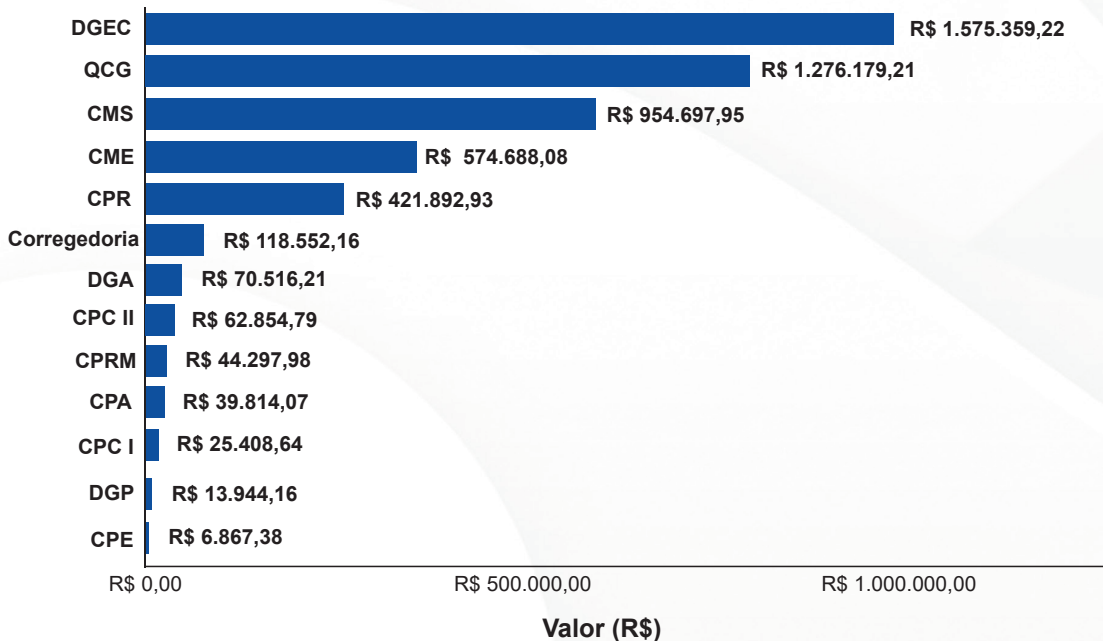


Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA, 2025.

Quanto à manutenção predial, o investimento realizado reflete a prioridade estratégica na melhoria das condições de trabalho e da

infraestrutura das Unidades da PMPA, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Custo das manutenções prediais realizadas no ano de 2025 classificadas por Órgão de Direção Geral/Intermediária

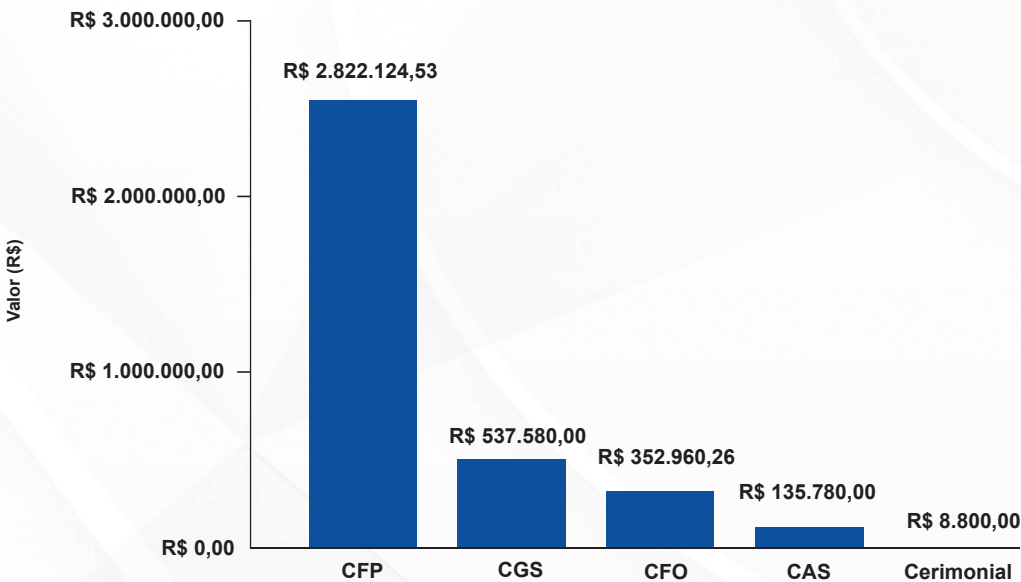


Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA, 2025.

Ainda no campo das despesas de custeio, as ações relacionadas à formação e capacitação policial ocorridas durante o ano foram outro ponto de relevância, destacando o CFP e CFO iniciado em 2025.

Nesse sentido, serão demonstrados os valores despendidos com tais ações no tocante ao pagamento de instrutores e professores, como se pode observar a seguir:

Valor pago a instrutores/professores no ano de 2025



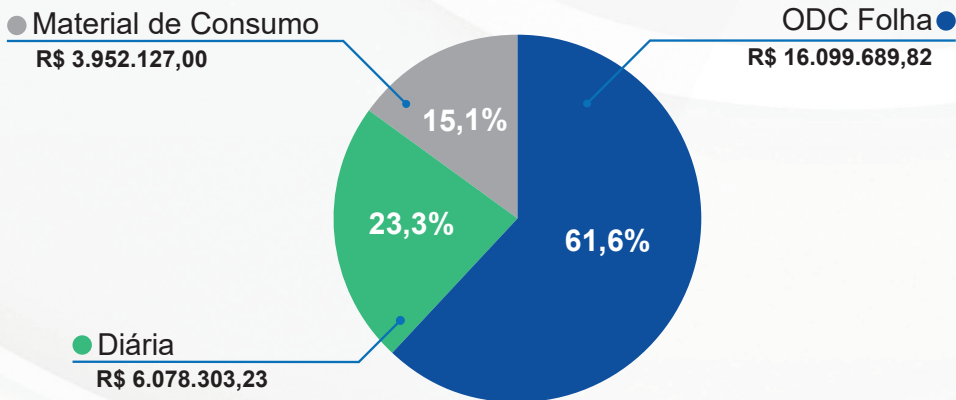
Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA, 2025.

Parcerias

No que se refere aos instrumentos de parceria nas esferas estadual e federal, o montante pago no exercício de 2025 totalizou R\$ 26.130.120,05.

Esse valor, proveniente de Termo de Execução Descentralizada (TED), emendas parlamentares e convênio, apresenta a seguinte distribuição:

Valor pago por grupo de despesa no ano de 2025



Fonte: SIAFE, PMPA, 2025.

No gráfico acima, o item denominado ODC Folha, diz respeito aos instrumentos que têm por objeto a cessão de policiais militares convocados para atuar em órgãos

da administração do estado. Essa categoria contempla especificamente as despesas com a previsão da aquisição de material de consumo para a Corporação.

Destaca-se no mesmo gráfico, o montante referente a diárias que totalizou R\$ 6.078.303,23 milhões. Tal despesa decorre do TED 01/2024, celebrado entre a PMPA e a SEFA, cujo objeto é a atuação conjunta em ações de fiscalização nos postos de fiscalização daquela Secretaria.

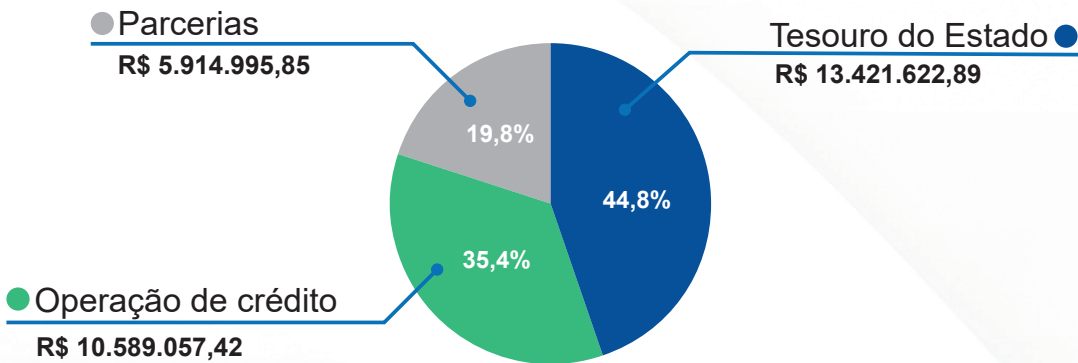
Investimento

O total pago em investimento foi de R\$ 29.925.676,16, provenientes do Tesouro Estadual, operações de crédito e instrumentos de parcerias (Emendas Parlamentares, Convênios e Termos de Execução

Quanto ao material de consumo, do valor de R\$ 3.952.127,00 milhões, destacam-se três aquisições principais: R\$ 1.748.410,00 destinados especificamente à compra de munições; R\$ 1.453.942,00 investidos em capas de chuva; e R\$ 249.775,00 em EPIs para para o CME (capacete anti-tumulto, caneleiras, entre outros).

Descentralizada). Tais recursos foram destinados à aquisição de equipamentos e construção e reforma de Unidades policiais militares (obras). Nesse sentido, o gráfico a seguir demonstra origem de cada recurso:

Valor pago de investimento por fonte de recurso em 2025



Fonte: SIAFE, PMPA, 2025.

Tesouro do Estado

A análise do gráfico anterior permite observar o detalhamento dos gastos vinculados ao Tesouro do Estado.

Nesse contexto, os valores pagos por natureza de despesa distribuíram-se da seguinte maneira:

Valor pago por natureza da despesa

Natureza da despesa	Valor (R\$)
Serviço técnico-especializado	1.115.901,19
Equipamento	3.188.484,90
Obra	9.022.170,96
Total	13.326.557,00

Fonte: SIAFE, PMPA, 2025.

Equipamentos serviço técnico-especializado

No total, foram investidos R\$ 4.304.386,09 em equipamentos e serviços técnicos-especializados com recursos oriun-

dos do Tesouro do Estado. Tais investimentos foram aplicados nas seguintes despesas:



Fonte: SIGPLAN, SIAFE, PMPA, 2025.

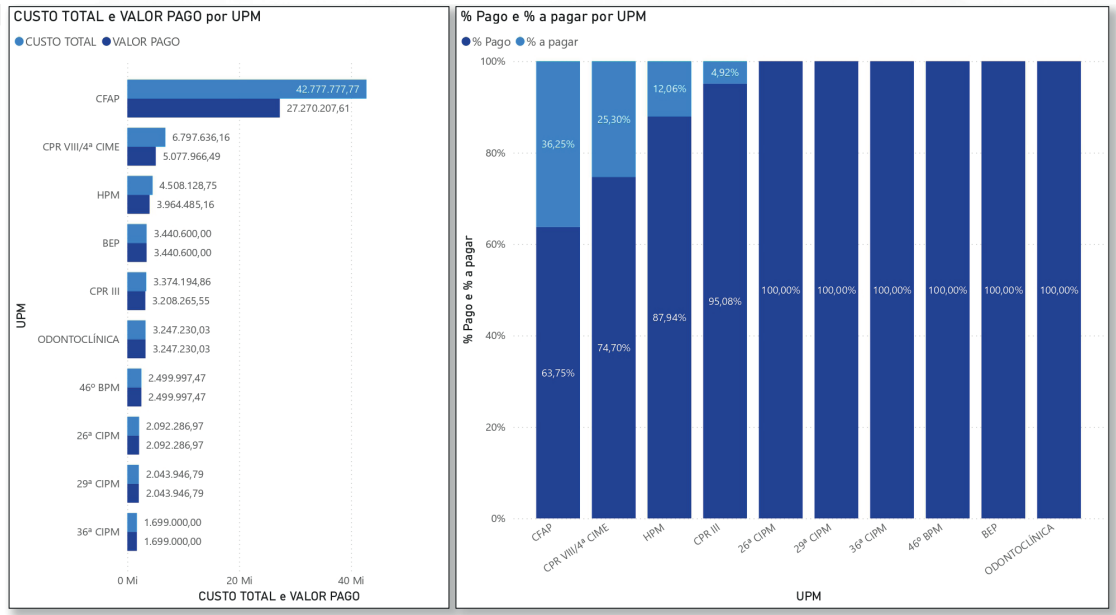
Obras

Com relação às obras, o valor total pago foi de R\$ 19.611.228,38. Deste montante, R\$ 9.022.170,96 foram recursos do Tesouro do Estado e R\$ 10.589.057,42 decorreram de operação de crédito, este último destinado especificamente para

a construção do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP).

De modo geral, a evolução do pagamento das obras iniciadas em exercícios anteriores e integralmente quitadas em 2025 pode ser observada no infográfico a seguir:

Pagamento das Obras que iniciaram em exercícios anteriores e concluídas em 2025



Fonte: SIAFE, PMPA, 2025.

Parcerias

Os investimentos oriundos dos instrumentos de parceria totalizaram R\$ 5.914.995,85, devidamente distribuídos por elemento de despesa da seguinte maneira:

Investimento pago oriundo de instrumentos de parceria por natureza de despesa

Natureza da Despesa	Valor (R\$)
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	2.163.287,76
Material de tecnologia da informação e comunicação-tic	1.131.441,14
Mobiliário em geral	1.011.619,50
Aeronaves	793.100,00
Veículos de tração mecânica	355.450,00
Equipamentos de manobra e patrulhamento	252.369,75
Instrumentos musicais e artísticos	155.210,32
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	30.129,38
Máquinas e equipamentos de natureza industrial	22.388,00
Total	5.914.995,85

Fonte: SIAFE, PMPA, 2025.

Portanto, a execução orçamentária e financeira reflete a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Esse desempenho está diretamente aliado ao acompanhamento por parte dos órgãos de controle, sobretudo na gestão interna da PMPA.

CONTROLE INTERNO

O papel estratégico da Controladoria Interna

A Controladoria Interna da Polícia Militar do Pará (PMPA) consolida-se como um pilar de governança, operando por meio de procedimentos administrativos que asseguram a eficiência, a legalidade e a confiabilidade de cada ato de gestão.

Essa estrutura técnica atua de forma permanente para mitigar riscos e aprimorar a aplicação dos recursos públicos, garantindo que a Instituição alcance seus objetivos estratégicos com total transparência em benefício da sociedade.

Nesse cenário, a Controladoria exerce um papel vital como órgão de assessoramento direto ao Comandante-Geral. Sua

missão institucional envolve a aplicação de rigor técnico na conformidade de certames licitatórios, contratos, prestações de contas de diárias, suprimento de fundos e na Gratificação Complementar de Jornada Operacional (GCJO).

Além de coordenar o fluxo documental para a prestação de contas anual, a Unidade atua como elo de cooperação com os órgãos de controle externo, tais como o Tribunal de Contas e a Controladoria-Geral do estado.

Essa articulação contínua visa fortalecer a segurança jurídica e a integridade da administração policial militar, assegurando o cumprimento integral das normas vigentes.

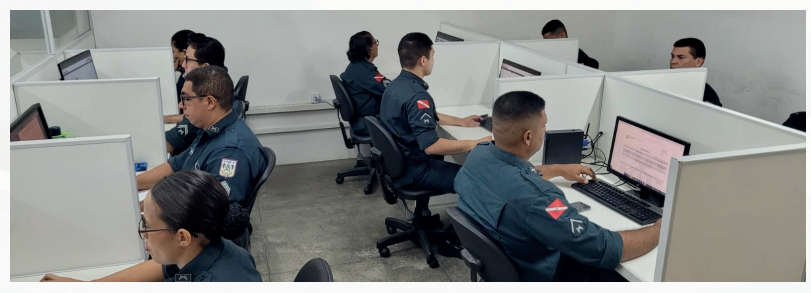
Descrição geral das principais atribuições da Controladoria Interna

Eixo de atuação	Descrição institucional
Assessoramento	Supervisiona e acompanha a gestão da Corporação dando suporte direto ao Comando Geral quanto à aplicação dos recursos em sua fase de execução.
Conformidade	Análise técnica de contratos, diárias, suprimento de fundos e gratificações operacionais.
Integração	Colaboração estratégica com órgãos de controle externo (TCE/TCM) no sentido de cumprimento das regulamentações pertinentes, além do cumprimento de recomendações dos órgãos de controle.

Fonte: CI, PMPA, 2025.

O Agente de Controle Interno (ACI)

Instituído pela Lei n.º 10.021/2023, o Agente de Controle Interno (ACI) é o servidor policial militar designado especificamente para essa função. Ele atua para garantir a correta gestão dos recursos orçamentários e financeiros no âmbito da Corporação.



Fonte: CI, PMPA, 2025.

Produtividade e resultados

Os indicadores abaixo refletem o minuncioso trabalho de análise dos gastos realizado para o desenvolvimento de ativi-

dades institucionais durante o ano de 2025, assegurando que cada centavo investido siga os preceitos éticos e legais.

Desempenho operacional da Controladoria em 2025

Categoria de Análise	Volume de Processos	Impacto na Gestão
Gratificação (GCJO)	770.532 cotas	Análise de conformidade quanto a correta aplicação do recurso público.
Diárias Eletrônicas	18.141 relatórios	
Diárias Físicas	634 relatórios	
Contratos Administrativos	1.936 despachos	
Suprimento de Fundos	719 processos	

Fonte: CI, PMPA, 2025.

Capacitação e valorização do fator humano

A PMPA investe continuamente no seu capital intelectual para garantir a excelência na prestação dos serviços. Essa qualificação profissional busca aliar a tecnologia ao julgamento ético, fator que constrói instituições confiáveis. Desse modo, a Corporação promoveu os seguintes eventos estratégicos voltados à capacitação:

Internamente, foi realizada a VI Jornada Administrativa e Padronização da Análise dos Processos de Prestação de Contas. Essa iniciativa técnica buscou a padronização de fluxos relativos a gratificações, jornadas operacionais, suprimento de fundos e diárias, visando à eficiência das prestações de contas.

Externamente, membros da Controladoria participaram do XXI Encontro Nacional de Controle Interno, debatendo temas como integridade e combate à fraude.



Fonte: CI, PMPA, 2025.

Inovação e gestão de riscos (prognóstico)

O controle interno da PMPA está caminhando para um modelo proativo e digital. Essa nova mentalidade administrativa busca focar na gestão de riscos e na prevenção. Nesse sentido, a partir de diretrizes de órgãos estaduais, foram implantadas as seguintes inovações:

Transformação Digital: implementação do uso do módulo de conformidade do SIAFE, assegurando ao processo de despesa o cumprimento das normas fiscais e financeiras, com foco na transparência, rastreabilidade e eficiência operacional.

Intercâmbio Institucional: colaboração ativa com a Controladoria-Geral do estado, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público de Contas para o aperfeiçoamento contínuo dos fluxos de trabalho e análise das contas públicas.

Foco em Accountability: fortalecimento dos mecanismos que garantem a transparência e o controle como forma de prestação de contas à sociedade, legitimando a atuação do ordenador de despesa.